



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2011
(do Sr. Duarte Nogueira)

Requer que sejam convidados para audiência pública a Senhora **Malvina Tania Tuttman**, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Senhor **André Luis Sousa Silva** e o Senhor **Sergio Thompson Flores** – Diretor Presidente da Empresa Módulo para prestarem esclarecimentos acerca dos problemas ocorridos na execução do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias no sentido de que sejam convidados a comparecerem a esta Comissão em data e hora a serem agendados, a Senhora **Malvina Tania Tuttman**, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Senhor **André Luis Sousa Silva** e o Senhor **Sergio Thompson Flores** – Diretor Presidente da Empresa Módulo para prestarem esclarecimentos acerca dos problemas ocorridos na execução do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2011.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira vem acompanhando e vivendo o drama de seus jovens, submetidos às sucessivas falhas na execução do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) nos últimos anos e novamente no último certame.



Conforme informações veiculadas pela Mídia Nacional:

NO JORNAL DA TARDE

(<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/enem-tropeca-no-despreparo-dos-fiscais/>)

29 de outubro de 2011 |

“Enem tropeça no despreparo dos fiscais

FELIPE ODA E VERÔNICA DANTAS

O investimento milionário que o Ministério da Educação (MEC) fez em procedimentos de segurança para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011 não chegou à ponta da cadeia de aplicação da prova: os fiscais de sala. O vazamento de parte das questões desta edição, que teriam sido cedidas por um fiscal do pré-teste do exame no Ceará, mediante suborno, assim como a fraude no tema da redação de 2010, quando uma mãe de aluno que trabalhava como fiscal teve acesso ao conteúdo e o repassou ao filho, indicam o quanto esses profissionais podem interferir no bom andamento do processo.

De 2010 para 2011, o valor do contrato de aplicação do Enem triplicou, o MEC apostou na certificação do Inmetro e buscou suporte em uma empresa de gerenciamento de riscos. Os fiscais, por outro lado, foram remunerados com metade do valor comumente oferecido para essa função em processos seletivos. Além disso, não passaram por treinamento prévio e não tiveram de comprovar escolaridade ou experiência. **No primeiro dia de provas desta edição, no fim de semana passado, a jornalista Verônica Dantas, do JT, foi recrutada na rua, em frente a um local de prova, horas antes do exame, para exercer a função. Isso, sem nunca ter visto um caderno do Enem antes.**

Levantamento feito pela reportagem indica que os principais organizadores de vestibulares e concursos do País pagam, em média, o dobro do valor oferecido pelo Enem. E exigem muito mais de seus colaboradores. A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), por exemplo, que responde pela organização do vestibular da Unesp e da prova do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), marcada para novembro, conta com um banco de substitutos para suprir os fiscais faltosos.

A Vunesp também não permite que pessoas com escolaridade inferior à graduação atuem como fiscais de sala. Já no caso do Enem, a exigência oficial é ter o ensino médio completo, mas nenhum documento que comprove a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

formação é pedido aos colaboradores – o JT flagrou até mesmo um menor de idade trabalhando na função. Além disso, a Vunesp treina seus colaboradores muito antes da prova. Os fiscais do Enem, por outro lado, têm de assimilar uma extensa lista de tarefas e informações momentos antes da avaliação.

“Deveria haver mais controle e rigor na contratação de fiscais. Parece que qualquer um pode trabalhar no Enem”, constata a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, Amábile Pacios. Ela se refere não apenas às falhas no Enem, mas também à quebra de sigilo durante o pré-teste do exame aplicado no Colégio Christus, no Ceará, há um ano. “Com certeza houve falha na aplicação. Deveria haver um fiscal contratado pelo consórcio para garantir que a prova fosse aplicada, guardada e incinerada na mais absoluta segurança.”

O reforço de segurança foi justamente um dos argumentos do Ministério da Educação para justificar o aumento exponencial de 559% no contrato do pré-teste – em um ano, o valor dele saltou de R\$ 939,5 mil para R\$ 6,2 milhões.

Sexta-feira, em meio à crise levantada pelo vazamento de cadernos do pré-teste que traziam questões cobradas no Enem, o MEC anunciou que vai pedir a revisão da política de treinamento de fiscais e um “reforço na segurança da aplicação dos cadernos”. A responsabilidade é do consórcio Cespe/Cesgranrio, que deve organizar pelo menos mais um Enem, em 2012. (Colaborou Rafael Moraes Moura)

PARA LEMBRAR

Na semana em que as atenções, câmeras e microfones estiveram voltados para o Colégio Christus praticamente não se ouviu frases em que os alunos questionassem uma possível má conduta da escola cearense. Apesar de serem os maiores prejudicados, estudantes eram unânimes em dizer que a escola não tinha culpa – independentemente da explicação que se dê para o modo como o caderno de questões foi parar na mão dos alunos. No ano passado, o casal de professores Marenilde de Brito Affonso e Eduardo Ferreira Affonso, de Remanso (BA), foi indiciado por violação de sigilo funcional por vazamento em um texto de apoio ao tema da redação do Enem. Marenilde participava da aplicação do Enem no Colégio Municipal Ruy Barbosa, onde lecionava, quando viu o tema da redação, duas horas antes do início do exame e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

telefonou para o marido, que pesquisou o tema e repassou a informação ao filho, Eduardo Ferreira Affonso Júnior.

O filho do casal prestaria a prova em Petrolina (PE). Júnior teria perguntado sobre o tema a professores, que denunciaram o vazamento. O estudante teve a prova cancelada.

O MEC considerou o caso “isolado” e o exame foi validado. Em agosto deste ano, quatro dos cinco envolvidos no vazamento do Enem 2009 foram condenados pela Justiça. Um deles teve a pena comutada para serviços à comunidade; os outros apelam em liberdade e só cumprirão pena após trânsito em julgado.”

NO IG - ÚLTIMO SEGUNDO

(<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/enem/fiscais-treinados-as-vesperas-vao-aplicar-provas-do-enem/n1597305293971.html>)

“Fiscais treinados às vésperas vão aplicar provas do Enem MEC disse ao iG que treinamento para quem vai atuar nas salas já havia terminado, mas estudantes foram selecionados esta semana.

Priscilla Borges, iG Brasília | 21/10/2011

Na semana anterior à aplicação do **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**, fiscais que trabalharão nas salas onde quase 5,4 milhões de candidatos farão as provas neste fim de semana ainda estão sendo treinados. Conforme adiantou o **iG** na quarta-feira, **instituições selecionaram fiscais esta semana** e possíveis colaboradores comentaram no Twitter que não sabiam se trabalhariam no Enem ou não. Mesmo alguns já confirmados não haviam sido preparados para a função ainda. Veja também: **Conheça as regras e prepare-se para as provas com o Guia Enem 2011.** Jobson Souza, de 21 anos, é um deles. Morador da cidade de São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, vai trabalhar como fiscal de sala pela primeira vez. Soube que havia sido escolhido para a tarefa há duas semanas, mas só passou por treinamento nesta quinta-feira. Ele conta que, durante uma hora e meia, ouviu explicações sobre procedimentos, recebeu uma lista com recomendações e um vídeo com regras e obrigações dos fiscais nos dias de provas.

“Será a primeira vez que serei fiscal, mas não estou nervoso. Sou acostumado com responsabilidades do tipo. As principais recomendações foram sobre uso de aparelhos eletrônicos e pedidos dos participantes para ir ao banheiro”,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contou ao iG. Segundo Jobson, o treinamento foi dado pelo coordenador municipal do Enem, que avisou também que, em cada sala, ficarão dois fiscais. Ele vai atuar na Escola Batista Carlos Matheus. Fernanda Fernandes, estudante da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), em Mossoró (RN), também conta que recebeu instruções para aplicar as provas esta semana. No **site da instituição**, uma nota informava aos selecionados que a reunião de preparação para o trabalho seria realizada na quinta-feira, a dois dias da aplicação das provas.

Convocação

tardia

Na quarta-feira, o **iG** informou que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) ainda estava selecionando servidores para fiscalizar a aplicação. Eles não receberiam treinamento especial e participariam apenas de uma reunião no sábado pela manhã, que, segundo os organizadores, é praxe para todos os 435.065 colaboradores que vão trabalhar no Enem este ano. Questionada pela reportagem do iG sobre o tempo de preparação dessas pessoas para a prova, a Diretoria de Administração do instituto, responsável pela seleção, afirmou que somente “pessoas que já possuem experiência em aplicação de provas” seriam convocadas. Pouco tempo depois, o instituto tirou a notícia que convocava os servidores do ar.

Nos últimos meses, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) garantiu, em diversos momentos, que todos os fiscais seriam treinados para o exame com antecedência. Questionada pela reportagem na quarta-feira sobre a seleção de última hora no IFPB, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação afirmou que todos os fiscais que vão atuar dentro das salas já foram treinados e somente os que atuariam “no entorno da avaliação” ainda estavam sendo chamados. O Cespe, por sua vez, informou que a convocação e o treinamento de fiscais são feitos com base em um documento do Inep, que dá todas as orientações. Primeiro, o consórcio convoca coordenadores de aplicação regionais – que são escolhidos em um cadastro de colaboradores antigos – e os treina e prepara em cidades-polo. Depois, eles ficam encarregados de escolher os fiscais e repassar o treinamento.

A assessoria de comunicação informou ao **iG** que a convocação e o treinamento de fiscais são feitos com base em um documento do Inep, que dá todas as orientações. Primeiro, o consórcio convoca coordenadores de aplicação regionais – que são escolhidos em um cadastro de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

colaboradores antigos – e os treina e prepara em cidades-polo. Depois, eles ficam encarregados de escolher os fiscais e repassar o treinamento. O Cespe diz que os treinamentos começaram em setembro.”

Publicado em 21 de maio passado:

“Enem 2011 – Empresa Módulo e Inmetro farão a fiscalização das provas

<http://www.sobreenem.com/2011/05/21/enem-2011-empresa-modulo-e-inmetro-farao-a-fiscalizacao-das-provas/>

*Depois de duas fraudes consecutivas nas duas últimas edições do **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**, o **Ministério da Educação** (MEC) anuncia que a **fiscalização das provas** será realizada pela **empresa Módulo** juntamente com o **Inmetro**.*

A fiscalização da qualidade da aplicação do Enem, por parte do Inmetro, ocorrerá através da certificação da gráfica responsável pelo exame. Já a empresa Módulo acompanhará a execução do exame, isto é, fará um mapeamento de todos os processos do ENEM.

A Módulo é uma empresa de gestão de riscos. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Outro órgão que dará suporte à prevenção de fraudes é a Polícia Federal. Essa e outras forças policiais farão a escolta e a vigilância do exame. Desse modo, espera-se garantir mais confiabilidade na realização do ENEM e não prejudicar os estudantes.”

Na mesma linha, o jornal Correio Braziliense publicou, em 06.11.2011:



... Ao Inep sob suspeita

A incrível história do empresário que tinha apenas R\$50 em caixa e, usando três empresas em nomes de laranjas, venceu pregões milionários do órgão responsável pelo Enem

O laranjal carregado do Inep

Como um empresário com R\$ 50 em caixa, há oito meses, venceu três pregões milionários do órgão, sem ter as empresas registradas em seu nome

» Alana Rizzo

» Juliana Braga

Em 15 de março deste ano, o empresário **André Luis Sousa Silva** tinha apenas R\$ 50,84 em todas as contas bancárias registradas em seu nome. O saldo impediu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) de cumprir uma ordem judicial de bloqueio de bens e garantir o pagamento de R\$ 5,9 mil cobrados por uma universidade em mensalidades. Cinco meses depois, a quantia parece ser pequena para André. Ele ganhou três contratos milionários do Ministério da Educação, que podem lhe render até R\$ 30 milhões, mesmo que o empresário não apareça oficialmente em nenhuma das empresas. Em 180 dias, a vida de André melhorou. Pouco depois de descobrir que ele tinha apenas alguns reais em contas bancárias, a Justiça do DF encontrou uma Toyota Hilux modelo 2011 em seu nome. Hoje, André tem na garagem da casa no Park Way outro carro de luxo. A residência ficou pronta recentemente, segundo vizinhos. André está por trás de três empresas que participaram — e ganharam — do pregão 15/2011, do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). No entanto, não deixou sua digital em nenhuma delas. Como revelou o Correio, a **Monal Informática** ainda está registrada no nome de **Aristides Silva**, 84 anos — ele desconhece as atividades da empresa. André admitiu que comprou a Monal este ano, para participar de licitações. A situação cadastral, segundo ele, só não foi regularizada. Já a DNA Soluções Inteligentes está nome da mãe dele, Enisa Alves, moradora do Núcleo Bandeirante. A empresária teria apresentado capital de R\$ 1 milhão. A região administrativa é sede de outra empresa recém-adquirida, a Jeta Informática, que participou da licitação e está em nome de dois músicos sertanejos. Um deles confirmou que André era o responsável pelos negócios. O fato de três empresas vencedoras de diferentes lotes de uma licitação terem ligações tão próximas com o mesmo empresário coloca o resultado da concorrência sob



CÂMARA DOS DEPUTADOS

suspeição, segundo advogados ouvidos pela reportagem. Professora da Universidade de São Paulo e especialista em direito constitucional, Maria Sylvia Zanella Di Pietro acredita que o registro de preços perdeu a validade. Há, segundo ela, a quebra do sigilo das propostas quando empresas têm o mesmo dono, mesmo que ele esteja oculto. Para a professora, o caso constitui improbidade administrativa, já que o resultado não poderia ser obtido sem a participação de agentes do Estado, que validaram o resultado da licitação.

Governo

O advogado de André, Expedito Junior, afirmou que não há irregularidade nos contratos com o Inep. Segundo ele, as empresas — Monal e DNA — existem e a situação cadastral das duas está sendo regularizada na Junta Comercial. Expedito afirma que a Jeta não é de André e que o empresário não tem qualquer vínculo com os músicos sertanejos. Com relação ao patrimônio do empresário, o advogado não quis se pronunciar. O Ministério da Educação sustenta que não há qualquer irregularidade no pregão. Diz ainda que as empresas cumpriram as obrigações contratuais.

Um nome em comum

Responsável pelo Enem, o Inep abriu licitação para compra de produtos de informática no valor de R\$ 42,6 milhões. O resultado foi homologado em 24 de agosto por Dênio Menezes da Silva, subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação. Das quatro empresas vencedoras dos pregões, três têm como dono oculto a mesma pessoa: André Luis Sousa Silva.

Monal Informática

A empresa, criada em 2002, por Aristides da Silva Monteiro e o filho Hebert de Lima Monteiro nunca tinha trabalhado com o poder público. O capital da firma era de R\$ 3 mil. Este ano, a empresa teria sido comprada por André Luis Sousa Silva, amigo de Hebert — a transferência ainda não foi regularizada pela Junta Comercial do Distrito Federal. Funcionando em um escritório de contabilidade (foto), ela ganhou dois lotes no valor de R\$ 12,5 milhões. Até agora, dois contratos já foram fechados: R\$ 1,3 milhão e R\$ 1 milhão.

DNA Soluções Inteligentes em Tecnologia Ltda.

A microempresa está registrada em nome de Enisa Alves,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mãe de André. O capital da empresa é de R\$ 1 milhão e só tinha fechado contratos pequenos com outros órgãos públicos. O salto ocorreu com o Inep. Além do pregão no valor de R\$ 8,8 milhões, a DNA fechou outro negócio de R\$ 4 milhões com o órgão. Segundo André, a empresa foi criada para

"emitir notas" de trabalho.

Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da informação Ltda.

A empresa também foi vendida este ano. Funciona agora em uma sala no Núcleo Bandeirante que está sempre fechada. Pelos registros da Junta Comercial, os proprietários da Jeta são Gilvânio Santos Viana Filho e José Francisco Alves da Silva, cantor sertanejo e produtor musical, respectivamente. Chico Terra confessou ao Correio ser, na verdade, um "laranja" de André Luis Sousa Silva. A Jeta obteve registro de preço de R\$ 6,4 milhões. O contador responsável pela Jeta informou que ela nunca havia entrado em licitações e nem tinha fluxo de caixa antes dos pregões.

Como se pode verificar nas reportagens transcritas na íntegra, todos senhores cujo convite para audiência pública se requer estariam, em tese, diretamente relacionados com os fatos envolvidos na execução do ENEM 2011.

Ainda, o aumento de gastos do Ministério da Educação (MEC) na edição do ENEM 2011(em andamento) e 2012 (a ser executado no primeiro semestre de 2012) previstos nos valores de R\$ 372 milhões, **sem licitação**, causa urgência na necessidade de acompanhar, fiscalizar e se possível, contribuir na eliminação das falhas que, reiteradamente, vem acompanhando a execução do ENEM em nosso país, causando insegurança e descrédito desta política pública de acesso às universidades na sociedade brasileira.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP